



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Mfaa-6

Processo nº : 13811.001120/92-78
Recurso nº : 127.033
Matéria : IRPJ - Ex.: 1988
Recorrente : SERRANA S.A. DE MINERAÇÃO (INCORPORADA POR
FERTISUL S/A)
Recorrida : DRJ EM SÃO PAULO/SP
Sessão de : 19 DE MAIO DE 2005
Acórdão nº : 107-08.096

IRF – RESTITUIÇÃO – COMPROVAÇÃO – DILIGÊNCIA. Se após retorno de diligência restou comprovado o alegado pela Recorrente, não há como o seu pleito de restituição.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SERRANA S/A DE MINERAÇÃO (INCORPORADA POR FERTISUL S/A).

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para admitir a restituição das retenções de imposto constante da linha 2 do demonstrativo de fls. 32, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MARCOS VINICIUS NEDER DE LIMA
PRESIDENTE

OCTAVIO CAMPOS FISCHER
RELATOR

FORMALIZADO EM: 20 JUN 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: LUIZ MARTINS VALERO, NATANAEL MARTINS, ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA, HUGO CORREIA SOTERO, FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ (Suplente Convocado) e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES. Ausente, justificadamente o Conselheiro NILTON PÊSS.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 13811.001120/92-78
Acórdão nº : 107-08.096

Recurso nº : 127.033
Recorrente : SERRANA S.A. DE MINERAÇÃO (INCORPORADA POR FERTISUL S/A).

RELATÓRIO

A contribuinte já qualificada nestes autos recorre a este Colegiado através da petição de fls.86 (*protocolada em 16-05-2001*), da decisão de fls. 80 (*cientificada em 18-04-2001*), que indeferiu seu pedido de restituição de IRRF, que compensou no ano-base de 1987, referente a aplicações financeiras feitas no Citibank, no Banco Francês e Brasileiro S/A e na Sambras Corr. S.A. Câmbio Val. Mobiliários, mas que foram glosados pela Fiscalização, por não constar de DIRF das fontes pagadoras.

Alega a contribuinte que tem direito à restituição, na medida em que, de um lado, não tem responsabilidade sobre o pagamento do IRF devido pelas fontes pagadoras e, de outro, que solicitou a estas o envio dos comprovantes de recolhimento.

Assim, a Recorrente juntou ao seu pedido uma carta do Citibank, acompanhada do respectivo DARF de pagamento e uma carta do Banco Francês e Brasileiro S/A, acompanhada de cópia xerox extraída da fita DIRF, referente ao ano base de 1987.

A DRF/Santos, por sua vez, entendeu que a contribuinte não tem direito à restituição, na medida em que, de um lado, os documentos acostados aos autos não comprovam o pagamento e, de outro, uma vez lançados tais rendimentos pela recorrente, cabe tão somente a ela responder pelo tributo não recolhido.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'R' or 'RE', is located in the bottom right corner of the page.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 13811.001120/92-78
Acórdão nº : 107-08.096

Inconformada, a contribuinte apresentou "recurso", sustentando, em síntese, que comprovou documentalmente o seu direito à restituição e que não tem responsabilidade pelo não pagamento do IRF pelas fontes pagadoras.

Todavia, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento de São Paulo decidiu que não tem razão a recorrente, pois, de um lado:

"...a apresentação dos comprovantes de recolhimento, ou ainda de retenção, acompanhados da declaração de rendimentos corretamente elaborada, consubstanciam os requisitos, mínima e regularmente exigíveis, dos quais deve se revestir o pedido, para que seja possível, à Administração Tributária, examinar a consistência da restituição pleiteada, sobretudo no que concerne à necessária consentaneidade que deve existir entre os rendimentos oferecidos à tributação e os respectivos comprovantes de recolhimento, ou de retenção do imposto" (fls. 82).

De outro lado, especificamente em relação à documentação apresentada pelo Citibank, argumentou que há uma incompatibilidade entre o valor informado pela recorrente como sendo rendimento auferido em aplicações financeiras e o valor informado pelo Citibank como sendo rendimento. De um lado, a contribuinte informou, Cz\$ 16.935.630,00 e o Citibank, Cz\$ 160.085.052,64. Assim, "nos casos em que a lei tributária confere aos contribuintes o direito à compensação do imposto de renda devido com o imposto retido na fonte, o pressuposto inarredável é que o IRRF seja considerado antecipação do imposto de renda devido sobre os rendimentos do período-base, e, por conseguinte, é inequívoco que tais rendimentos, em contrapartida, tenham sido oferecidos pela contribuinte à tributação. Destarte, é indiscutível que, se não consta informado pela contribuinte o precitado rendimento auferido no ano-base de 1987, resta prejudicada a declaração de rendimentos apresentada pela interessada, visto que inconsistente para demonstrar a idoneidade do resultado apurado no aludido período e, sobretudo, para fundamentar o pedido de restituição em exame" (fls. 83).

Em seu recurso voluntário, além de alegar que é obrigação da fonte pagadora apresentar declaração sobre o imposto retido. Ademais, especificamente em



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 13811.001120/92-78
Acórdão nº : 107-08.096

relação ao rendimento creditado pelo Citibank, demonstrou que a diferença apurada pela instância julgada anterior se deve ao fato de que o valor de Cz\$ 143.149.422,00 corresponde à variação LBC, não alcançado à época pelo IRF e que, por isto, não constou no Anexo 3. Em verdade, isto teria sido objeto de lançamento como correção monetária pós-fixada. O valor real, de Cz\$ 16.935.630,56, é que foi lançado no Anexo 3 como rendimento tributável pelo IRF. Assim, o valor de Cz\$ 5.927.470,00 corresponde exatamente ao valor lançado como imposto retido.

Ademais, em relação ao argumento de que as fontes pagadoras não teriam informado nas suas DIRF os valores retidos, ou de que a DARF apresentado pelo CITIBANK não comprova estarem ali incluídos os valores retidos, a Recorrente sustenta que “pela sistemática de recolhimento do imposto de renda retido na fonte, as fontes pagadoras fazem a retenção do imposto de renda na fonte de diversos beneficiários, podendo o recolhimento ser efetuado através de um único DARF correspondente ao respectivo período de apuração. A fonte pagadora não é obrigada utilizar DARF para cada beneficiário” (fls. 95).

Distribuído o processo a essa c. 7ª Câmara, através do relator então designado, o ínclito Conselheiro Edwal Gonçalves dos Santos, decidiu-se baixar em diligência pelos seguintes motivos:

Do relatório observa-se que a matéria oferecida a julgamento deste colegiado trata de **PEDIDO DE RESTITUIÇÃO** do Imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras.

Dado ao fato que o Julgador Singular asseverou que os rendimentos sobre as aplicações no Citibank não foram registrados por integral pelo contribuinte, e tendo este argüido em seu apelo que o valor de CZ\$ 160.085.052,64 foi desdobrado em mais de uma rubrica em seus registros contábeis, pelo que fez anexação dos documentos de fls. 94 detalhando a metodologia da escrituração e os de fls. 109/123.

Assim, para que não haja dúvida quanto à procedência do argüido na Decisão recorrida, voto no sentido de retornar o processo á unidade de origem para que a autoridade fiscal analise os documentos de fls. 94 e os de



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 13811.001120/92-78
Acórdão nº : 107-08.096

fls. 109/123 no sentido de confirmar a contabilização dos rendimentos provindos das aplicações no "Ctibank" e, se for o caso, faça os ajustes devidos, fazendo-se os autos presentes ao contribuinte, para que o mesmo, querendo se manifeste.

No Relatório da Diligência, a Divisão de Fiscalização I de São Paulo afirmou que "Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras foram reconhecidos contabilmente pelo regime de competência, assim, ao final de cada mês, foram apropriados proporcionalmente os Rendimentos LBC e os Juros em contas específicas, totalizando, ao seu final, os valores demonstrados..." (fls. 144). Assim, concluíram os trabalhos fiscais "pela adequada escrituração dos valores envolvidos na aplicação financeira efetuada no CITIBANK e objeto de análise da presente diligência fiscal".

É o Relatório

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized letter 'A' or a similar mark, positioned next to the typed text.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 13811.001120/92-78
Acórdão nº : 107-08.096

V O T O

Conselheiro - OCTAVIO CAMPOS FISCHER, Relator.

O Recurso Voluntário já passou por exame de admissibilidade quando da votação da Resolução supracitada. Também, não há preliminares a serem analisadas.

No mérito, a questão se restringe à comprovação do direito da Recorrente à restituição de IRRF, tal como relatado acima.

Neste sentido, verifico que a Recorrente não conseguiu fazer prova de seu direito em relação ao imposto de renda retido na fonte das aplicações financeiras relativas ao Banco Francês e Brasileiro S/A e à Sambras Corr. S.A. Câmbio Val. Mobiliários. Concordo assim com o que já foi julgado anteriormente, pois a documentação de folhas 17 e 18 não demonstram que houve o pagamento do IRF. O fato é que não se pode imaginar uma restituição de algo que não foi pago.

Todavia, quanto ao IRF sobre os rendimentos das aplicações realizadas no CITIBANK, a própria Fiscalização reconheceu, como mencionado acima, que a contribuinte lançou corretamente os valores em questão, de modo que se faz necessário concordar com o que sustentado no Recurso Voluntário.

Isto posto, voto no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Recurso Voluntário, apenas para admitir a restituição das retenções de imposto constantes da linha 2 do Demonstrativo de fls. 32.

Salas das Sessões – DF, em 19 de março de 2005.

OCTAVIO CAMPOS FISCHER.